

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANGOLA: O IMPACTO DAS REFORMAS EDUCATIVAS DE 2004 – 2014

Aluno: Esperança Francisco André¹

Orientador: Prof^a. Dr^a M. R. Fátima Portela Cysne²

Resumo

Artigo de revisão de literatura sobre os impactos mais relevantes considerados pelos estudiosos do tema sobre a segunda reforma no sistema educacional em Angola no período de 2004 – 2014. O estudo tem por base as das políticas públicas, visando identificar níveis de melhoramento do sistema de ensino do País, em seus aspectos. Este artigo trata dos estudos resultantes da pesquisa de TCC do curso de Administração Pública, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com o tema central sobre Políticas Públicas de Educação em Angola. O principal objetivo da pesquisa foi analisar e revisar os impactos das Reformas Educativas no período de 2004 – 2014. Seu objeto de análise centrou nos impactos que a reforma educativa trouxe para o melhoramento do sistema de ensino em Angola. Buscou-se identificar e compreender se entre 2004 a 2014 as reformas educativas trouxeram efeitos, quais foram as suas melhorias e aplicações no âmbito das instituições, no âmbito de sua implementação e se, por outro lado deixaram a desejar.

Palavras-chave: Angola; Políticas públicas; Reformas educativas; Impactos.

Abstract

Literature review article on the most relevant impacts considered by scholars on the subject of the second reform in the education system in Angola in the period 2004 – 2014. The study is based on public policies, aiming to identify levels of improvement in the education system of the Country, in its aspects. This article deals with the studies resulting from the TCC research of the Public Administration course, from the Institute of Applied Social Sciences of the Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, with the central theme on Public Policies for Education in Angola. The main objective of the research was to analyze and review the impacts of Educational Reforms in the period 2004 – 2014. Its object of analysis focused on the impacts that the educational reform brought to the improvement of the education system in Angola. We sought to identify and understand whether between 2004 and 2014 the educational reforms had effects, what were their improvements and applications within the scope of institutions, within the scope of their implementation and if, on the other hand, they left something to be desired.

Keywords: Angola; Politics Public; Reform Education; Impacts

¹ Discente do curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Email: esperancafrancisco34@gmail.com

² Orientadora. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Email: fatimaportela@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Quando a República de Angola conquistou a Independência Nacional a 11 de Novembro de 1975, a taxa geral de analfabetismo era de 85% da população, o que revela a dimensão qualitativa e quantitativa dramática da situação sócio - educativa do povo angolano, cujos efeitos negativos ainda estão presentes quer na estrutura económico-social do País quer nas condições de vida das populações, não obstante os consideráveis progressos registados no período Pós – Independência e fundamentalmente após o alcance da paz definitiva a 04 de Abril de 2002. (Victorino, 2008, p.3)

Este artigo trata dos estudos resultantes da pesquisa de TCC do curso de Administração Pública, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, com o tema central sobre Políticas Públicas de Educação em Angola.

O principal objetivo da pesquisa foi analisar e revisar os impactos das Reformas Educativas no período de 2004 – 2014. Seu objeto de análise centrou nos impactos que a reforma educativa trouxe para o melhoramento do sistema de ensino em Angola. Buscou-se identificar e compreender se entre 2004 a 2014 as reformas educativas trouxeram efeitos, quais foram as suas melhorias e aplicações no âmbito das instituições, no âmbito de sua implementação e se, por outro lado deixaram a desejar.

A escolha do tema deveu-se à ânsia da estudante em explorar, nas pesquisas existentes em língua portuguesa, as mudanças advindas com a segunda Reforma Educativa, com a finalidade de melhor compreendê-las, a partir das Políticas Públicas de Angola no referido período. Vislumbrava se obter um melhor entendimento sobre a forma como se deu o processo da referida reforma, de modo a analisar como implementação das mudanças nas escolas ocorreu e que impactos causou.

Assim sendo, a presente pesquisa será de grande importância para minha formação, visto que aborda questões da Administração Pública, mostrando como as políticas públicas são implementadas e desenvolvidas.

Em Angola, essas questões são pouco discutidas devido a inúmeras dificuldades ao acesso as escolas, muitas vezes por falta de meios financeiros, outros ainda para ter o acesso passam pelo processo da chamada “gasosa” e essas práticas

são feitas até nos dias de hoje, com essa pesquisa vai ajudar a despertar o interesse da sociedade pelos estudos das reformas, para isso o Estado Angolano criou políticas para a resolução desses problemas.

A história da educação angolana é um acontecimento novo. O modelo do sistema educativo e de ensino ainda está baseado nas estruturas das Leis de Bases de Educação inspiradas no modelo português. Com a nova reforma educativa, implementada no princípio de 2002, surge a intencionalidade de reestruturação do currículo para que se adeque ao padrão internacional. E quais motivos permitiram a reprodução do modelo português? Para entender essa questão é preciso percorrer certos desdobramentos históricos, resultados de vários episódios, começando, brevemente, pelo período colonial e pela independência nacional tardia 1975. (VICTORINO, 2008, p.5)

Neste sentido, o surgimento de inquietações e questionamentos que vêm à tona com bastante frequência, levou-me a buscar compreender se entre 2004 a 2014 as reformas educativas tiveram efeito, e quais foram as suas melhorias e aplicações em nível das instituições, no âmbito de sua implementação.

A reforma educativa consistiu em modificar o sistema educacional com o objetivo de melhorá-lo. No contexto Angolano, a segunda reforma educativa se deu seteanos após a efetividade da reforma em 1978 (PAXE, 2014; MAYEMBE, 2016). Ainda conforme o autor, o fraco aproveitamento dos alunos, a escassez de professores, os problemas de infraestruturas, entre outros problemas relacionados ao sistema educativo levaram o país à segunda reforma educativa, aprovada pelo Conselho de Ministros sob Lei de base do Sistema Educativo nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001.

Os principais objetivos da segunda reforma educativa foram:

- a) a ampliação do ensino primário de quatro para seis anos;
- b) a extensão da monodocência;
- c) a expansão da rede escolar;
- d) a criação de políticas educacionais para garantir a modernização do sistema e o desenvolvimento de inovações pedagógicas.

Interessante pois a Unesco (2014) chama atenção em pontos essenciais para melhoria do sistema educacional:

Dificuldades internas na execução dos orçamentos, principalmente o fato de que o orçamento destinado ao nível municipal não ter um sistema adequado de distribuição que permita disponibilizar às escolas do nível primário os fundos que precisam para o seu funcionamento; (b) a insuficiência de professores qualificados o que compromete seriamente a qualidade de ensino primário; (b) falta de uma formação adequada para a liderança e gestão escolar; (c) fraca qualidade das infraestruturas de ensino, a falta de

equipamentos escolares e de meios de ensino, que na generalidade tornam bastante deficiente o ensino e a aprendizagem; (d) apesar do esforço na construção de novas escolas, não tem havido um esforço para a construção de escolas rurais com tipologias de construção simples e de baixo custo, que permitam substituir as salas de aulas que ainda funcionam debaixo das árvores ou em escolas destruídas e em escombros (VITORINO *apud* UNESCO, 2014, p. 4).

As reformas educativas ou de estruturas e de programas são legítimas, no entanto, só têm êxitos se acompanhadas de boas práticas (PERRENOUD *apud* MICHINGI, 2013, p. 12). Ainda conforme o autor, a mudança muitas vezes é pensada em um corpo de professores que ainda não existe, ou seja, muitas vezes é projetado sem levar em conta as dificuldades que os professores poderão enfrentar.

De acordo Tavares et al. (2015), grande parte do corpo docente formados para lecionarem o primeiro e o segundo ciclo, não possuem conhecimentos e competências pedagógicas e metodológicas para atender as necessidades dos alunos. Daí que, a aplicação da segunda reforma educativa, suscitaram grandes debates, muitos encarregados de educação se mostraram preocupados com o aproveitamento acadêmico de seus filhos.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo, compreender o impacto da reforma educativa em Angola nos de 2004 a 2014, através das políticas públicas de educação. O alcance do objetivo geral se dará a partir dos referidos objetivos específicos:

Os pontos que seguem vão abordar sobre as políticas públicas em Angola, e apresentar um contexto geral, bem como avaliação e comparação das políticas públicas com outros países; mais adiante é apresentado os pontos focais da reforma educativa, seus impactos e sua implementação. Assim como a metodologia, os resultados da pesquisa, as considerações finais e por fim as referências.

Quanto a sua abordagem será pesquisa qualitativa, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização (MINAYO, 2009). E quanto sua natureza a pesquisa será básica, pois segundo objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

Dada a escassez de estudos sobre os impactos das políticas públicas em Angola dentro das reformas educativa, para compreender tais dimensões será necessário realizar uma pesquisa bibliográfica, de modo analisar seus efeitos e

consequentemente os resultados. Como ressalva Gil (2002) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Nesta ordem de ideias, quanto ao procedimento, a pesquisa é bibliográfica, pois “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (MINAYO *apud* FONSECA, 2002, p.32).

2 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS PROCESSOS

De acordo o manual de políticas públicas ‘Conceitos e Práticas’, produzido por Sebrae/MG (2008), a função que o Estado desempenha no Brasil sofreu inúmeras transformações com o passar do tempo. Nos séculos XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa, em caso de ataque inimigo. Ainda segundo o manual, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade.

Para tanto, o Estado necessita desenvolver uma série de ações que produzam ações direta em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, de modo a alcançar resultados nas diversas áreas e promover o bem-estar da sociedade. Percebe-se, assim que os governos se utilizam das políticas públicas como meio de resolução dos problemas da sociedade, o que deve ter ocorrido também em Angola.

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas surgiram na Europa, através dos trabalhos baseados no papel do Estado como produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, o meio acadêmico foi quem produziu estudos científicos sobre as ações governamentais. As principais contribuições sobre desses estudos foram dadas por Laswell, Simon, Lindblom e Easton, considerados os pioneiros sobre os estudos e discussões acerca das políticas públicas (SOUZA, 2006).

Teixeira (2002, p. 2) entende que a elaboração de políticas públicas requer que se defina precisamente quem decide o que, quando, com quais as possíveis e consequências e para quem elas de dirigem. “Implica nas relações estabelecidas nas instituições existentes na sociedade, com o regime político vigente, cabendo à

distinção entre “Políticas Públicas” e “Políticas Governamentais”. (TEIXEIRA,

A proposta de políticas públicas de Secchi (2014), a proposta das políticas públicas está diretamente focada em enfrentar um problema público, favorecendo uma orientação à atividade ou à passividade; a partir de diferentes abordagens o Autor destaca a estadocêntrica, em que há o monopólio de atores estatais, ou a multicêntrica, referindo-se aos múltiplos protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Essas abordagens conceituais de políticas públicas permitem as entende-las como sendo a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos, tanto governantes como os tomadores de decisões nas organizações públicas, selecionam como prioridades a serem incluídas, aquelas que eles entendem serem primeiramente demandam ou são expectativas da sociedade.

Nessa ótica, parece que o bem-estar da sociedade, mesmo que se diga que parte do interesse da sociedade é, em última instância, definido pelo governo e não pela sociedade.

Cá (2010) define políticas públicas como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as ações governamentais relacionadas com as tarefas de interesse público.

Quando se discorre sobre Políticas Públicas para educação, a abordagem em si, trata da articulação de projetos que envolvem o Estado e a Sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade. Isto vai ao encontro do resgate da construção da cidadania para intervir na melhoria da qualidade de vida, de oportunidade para toda/o/es, do respeito à carta magna do País, às leis gerais e liberdades individuais (GIRON, 2008).

O Banco Mundial exerce profunda influência nos rumos de desenvolvimento mundial. Sua importância deve-se ao volume dos seus empréstimos, à abrangência de suas áreas de atuação e ao caráter estratégico que vem desenvolvendo no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural. Na atualidade, até 1994, o Banco Mundial tem se já era considerado o maior captador internacional e o principal financiador de projetos de desenvolvimento, tendo acumulado, há época, 250 bilhões de dólares de

empréstimos, envolvendo 3.660 projetos (SOARES, 2003, p.15).

a. Políticas Pública em Angola: Análise e Avaliação

A República de Angola é um Estado unitário que respeita na sua organização os princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas, nos termos da Constituição e da lei. (art 8º da CONSTITUIÇÃO DE ANGOLA, 2010). Streck e Morais (2000, p.149) afirmam que nos Estados unitários existe uma única ordem jurídica, política e administrativa, o que permite uma autoridade sólida. Desta forma, espera-se que o sistema ponha em prática essas mudanças para que possa ter uma democracia justa para todos.

Ainda assim as instituições mundiais, privada como: o banco mundial, o FMI entre outras agências está acima do topo para estabelecerem as normas de modo que a curto prazo os seus investimentos em diversas áreas possa ter retorno dos financiamentos. Isso se eles investirem um montante de valor para a educação em determinado país, embora que haja uma reforma a nível interno, ou seja, deste mesmo país que está recebendo esse financiamento, tem de cumprir as normais imposta pela agencia financiadora, mesmo sabendo que muitas vezes vai contra tais reformas

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 constitui um dos principais repositórios de políticas públicas para Angola. As políticas públicas das áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, adoptadas pelo Executivo Angolano, podem ser consideradas como um exemplo para a promoção do desenvolvimento local estando nele escarpelizados os objetivos nacionais de médio e longo prazo, destacando se dentre eles os seguintes:

Preservação da unidade e coesão nacional; Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; Melhoria de qualidade de vida; Inserção da juventude na vida ativa; Desenvolvimento do sector privado; Inserção competitiva de Angola no contexto internacional. (TEIXEIRA, 2015, p. 22). Como é indicado pelo Autor, também se observa que em Angola as políticas públicas são elaboradas para resolver problemas identificados por vários agentes públicos e cidadãos anônimos, na perspectiva do contributo à harmonização social, a atender os efeitos da guerra desarticulou a economia, reduziu a pouco ou quase nada as atividades produtivas, especialmente a agricultura, provocou a migração interna e aumentou o desemprego.

Também é Teixeira (2015) que observa que:

O Executivo de Angola tem adoptado políticas e programas consistentes com a visão de que a estabilidade macroeconómica, os planos de educação e formação de quadros e da mão de obra nacional, as medidas ativas de emprego adaptadas à conjuntura, as ações de fomento e dinamização dos sectores da vida económica e social do país. (TEIXEIRA, 2015, p. 28).

b. A Reforma Educativa e seus Impactos

Segundo INIDE, (2009) Os grandes objetivos da reforma educativa são a “expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o reforço da eficácia do sistema de educação e a equidade do sistema de educação”. É importante aqui realçar os seguintes aspectos de cada objetivo para melhor compreensão:

Quanto à expansão escolar:

- i. Universalização da classe de iniciação e do ensino primário de seis classes; **b)** Introdução e generalização da carta escolar do ensino primário e secundário; **c)** Integração das crianças com necessidades educativas especiais no sistema nacional de ensino.

Com relação à melhoria da qualidade de ensino:

- a)** Reformulação, em profundidade, dos objetivos gerais da educação, programas escolares, conteúdos, métodos pedagógicos, estruturas e meios pedagógicos adequados à realidade angolana; **b)** Melhoria das aprendizagens e enquadramento pedagógico dos alunos; **c)** Formação inicial e em exercício dos professores; **d)** Modernização e reforço da inspeção escolar; **e)** Melhoria da qualidade e quantidade de manuais escolares; **f)** Melhoria do trabalho metodológico e do processo docente-educativo das escolas; **g)** Garantia da participação da comunidade nos trabalhos da escola, isto é, da relação entre a escola e a comunidade.

No que se refere ao “reforço da eficácia do sistema de educação:

- a)** Construção de um sistema de monitoria e avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem; **b)** Melhoria do sistema de informação para a gestão educativa; **c)** Formação de gestores escolares; **d)** Melhoria na circulação de informação dos dados do processo e ensino aprendizagem.

Relativamente à “equidade do sistema de educação:

- a)** Garantia da igualdade de oportunidades a todos os cidadãos através de um ensino primário de qualidade, atingindo particularmente as classes mais desfavorecidas; **b)** Redução das disparidades de género, atingindo particularmente os portadores de deficiências psicossomáticas e as assimetrias regionais no acesso à educação” (MENEZES apud INIDE, 2009, p, 15-16).

2.1 As Duas Reformas Educativas

De acordo ISABEL (2016), a partir de 1977, ocorrem às primeiras manifestações da primeira reforma da educação no período pós-independência, tendo ficado aprovado um sistema nacional de educação e ensino que viria a ser implementado no ano seguinte 1978. Esse novo sistema tinha como principais propósitos: igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos; gratuidade do ensino em todos os níveis; aperfeiçoamento constante do pessoal docente.

A primeira reforma educacional de 1978 teve muitas deficiências, e uma das mais marcantes foi a ausência de debates públicos. Alfredo (2013) relata que, devido ao insucesso da reforma anterior, surge a segunda reforma implementada em 2004, com o fim de superar lacunas da reforma anterior e adequar-se às novas exigências da educação na atualidade.

A análise da implementação da segunda reforma educacional em Angola, passa necessariamente pela compreensão de seis (6) marcos importantes. (MAYEMBE, 2016, p.61). São eles: a recuperação e restauração da administração em 98% do território nacional; a aprovação da lei de base do novo sistema educativo; a morte de Jonas Malheiro Sacaita Savimbi presidente da UNITA; a implementação experimental da reforma em 2004; a presença de duas modalidades de ensino no país, a generalização e avaliação da reforma.

Segundo Mayembe (2016), em 2002, após o fim da guerra civil, o país teve avanços em todos os setores, tanto na esfera política e econômica. Com a promulgação da Lei de Base do Sistema Educativo nº 13/01 de 31 de dezembro, orienta a reforma do sistema educacional no país. Em 1986 foi feito um diagnóstico ao MED e, logo se constatou que havia um baixo desempenho no setor da Educação.

Através do Decreto de nº 2/05 de 14 de janeiro no seu artigo 2º, apresenta as fases de implementação da reforma educativa cronometrada considerada progressiva do novo sistema de educação, citamos:

Preparação; II. Experimentação; III. Avaliação e Correção; IV Generalização e V. Avaliação Global.

3 IMPACTOS DA SEGUNDA REFORMA EDUCATIVA

Considera-se que seja de consenso de todos que quando há uma nova reforma na Educação de um País, é porque as anteriores não conseguiram alcançar os resultados esperado. Daí surge novas necessidades que impõem o desenvolvimento de criar projetos novos para implementar novas reformas de modo a atender às expectativas da Nação.

Em Angola essa perspectiva é bem visível, como esclarece Menezes (2010) que o governo angolano, juntamente com o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), no ano de 2009, editaram uma minuta de projeto explicativo da nova reforma educativa. Nesta, o interesse principal foi espelhar os aspectos relacionados aos objetivos, já com recomendações para sua execução.

De acordo com o Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da Pessoa (IBEP) (Angola, 2010, p. 4), 77,2% da população frequentam o ensino primário, mas apenas 20,6% se encontram a frequentar o ensino secundário, uma diferença de percentagem muito significativa e que tem reflexos na continuidade da formação no ensino superior. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO/BREDA) 28 (2008, p. 46-47), em 2005, apenas 48.184 estudantes se encontravam a frequentar o ensino superior em Angola. (LIBERATO, 2014, p.1026).

QUADRO 1 – O que se esperou da segunda reforma educativa

Objetivos do Governo baseados nos resultados da Consulta Pública sobre o Plano de Ação Nacional de Educação para Todos (PANEPT) e nas Recomendações do Colóquio sobre o Ensino em Angola (maio de 2004)	
Autores	Objetivos
MENEZES; INIDE (2010)	“Criar um Sistema educativo equitativo e orientado para a igualdade de oportunidades de acesso à educação e formação para o exercício de uma cidadania ativa e plena para todos os angolanos
	Assegurar a educação pré-escolar;
	Assegurar o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;
	Assegurar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio na área educativa, até 2015;
	Formar professores com perfil adaptado a novos currículos e métodos de ensino e aprendizagem, verdadeiros profissionais do Ensino entre outros.

Fonte: M. Azancot de Menezes, (2020).

3.1 Objetivos Governamentais da Reforma Educativa em Angola

QUADRO 2– Segunda reforma educativa em angola

INTERESSES E PERSPECTIVAS DO GOVERNO					
AUTORES	Plano de Ação Nacional de Educação para Todos (PANEPT) Recomendações do Colóquio sobre o Ensino em Angola (maio de 2004)			Resultados da Implementação da reforma educativa	
	Proposta do Governo	Fases da implementação do novo sistema de educação	Atividades desenvolvidas	Avaliação da qualidade das escolas	Referências para avaliação da qualidade de uma escola
MENEZES (2010)	1 Expansão da rede escolar 2 Melhorias da qualidade de ensino 3 Reforços da eficácia do sistema de educação 4 Equidades dos sistemas de educação	1 Preparação 2 Experimentação (início em 2004) 3 Avaliação e Correção 4 Generalização 5 Avaliação Global	2004 – Experimentação dos materiais pedagógicos da 1ª classe e formação de professores experimentadores dos materiais pedagógicos 2005 – Experimentação dos materiais pedagógicos da 2ª classe, formação de professores experimentadores dos novos materiais pedagógicos da 3ª classe e a 1ª supervisão nacional da reforma educativa” 2006 – Experimentação dos materiais pedagógicos da 3ª classe”, a “avaliação e correção dos materiais pedagógicos da 2ª classe -generalização dos materiais pedagógicos da 1ª classe por províncias e a “2ª supervisão nacional da reforma educativa. 2007 – Experimentação dos materiais pedagógicos da 4ª classe, formação de professores experimentadores dos novos materiais pedagógicos da 3ª classe e a 2ª supervisão nacional da reforma educativa”.	1 Os salários dos professores e diretores 2 O tempo para planeamento de aulas 3 A participação dos professores nas decisões 4 A formação e idiosincrasia dos professores 5 Os critérios de constituição de turmas 6 A assiduidade de alunos e professores 7 O tipo e quantidade das tarefas de casa (TPC) 8 O processo de avaliação de alunos e de professores	1 Contexto- <i>input</i> 2 Processo de ensino-aprendizagem 5 Gestão 4 <i>Output</i>

AUTORES	Plano de Ação Nacional de Educação para Todos (PANEPT) Recomendações do Colóquio sobre o Ensino em Angola (maio de 2004)			Resultados da Implementação da reforma educativa	
MENEZES (2010)	Proposta do Governo	Fases da implementação do novo sistema de educação	Atividades desenvolvidas	Avaliação da qualidade das escolas	Referências para avaliação da qualidade de uma escola
			<p>2008 – Experimentação dos materiais pedagógicos da 5ª classe, formação de professores experimentadores dos novos materiais pedagógicos da 3ª classe e a 1ª supervisão nacional da reforma educativa”</p> <p>2009 – Experimentação dos materiais pedagógicos da 6ª classe, formação de professores experimentadores dos novos materiais pedagógicos da 4ª classe e a 1ª supervisão nacional da reforma educativa”</p> <p>2010 Experimentação dos materiais pedagógicos da 5ª classe e formação de professores experimentadores dos materiais pedagógicos</p> <p>2011 Experimentação dos materiais pedagógicos da 6ª classe e formação de professores experimentadores dos materiais pedagógicos.</p>		

Para que o experimento prático dos objetivos da Reforma Educativa em Angola criados pelo governo fossem alcançados, o governo elaborou um Plano de Ação Nacional para todos (PANET), com recomendação do Colóquio sobre o ensino em Angola em meados de 2004, consta alguns aspectos como: propostas do governo, fase de implementação, do novo sistema de educação, atividades desenvolvidas, avaliação de qualidades das escolas e referências para avaliação de qualidade de uma escola. Desta forma, o projeto foi de grande importância para a preparação da população, no que concerne a educação, valorizando as atividades produtivas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados do artigo de revisão de literatura sobre as principais reformas no sistema educacional em Angola e seus impactos entre o ano de 2004 – 2014, mostram que o Estado angolano ainda precisa investir em políticas públicas educacionais, a falta do acesso escolar por pessoas com baixa renda sobretudo nas zonas periférica do país, onde o sistema educativo carece de muitas mudanças para resolução de problemas que foi apresentado no decorrer do artigo. É importante que o Estado angolano crie mecanismos para atender a essas demandas a fim de melhorar a qualidade do ensino público e gratuito.

De acordo com os autores já mencionados como MENEZES e INDE que abordaram sobre a implementação dessas reformas assim como os seus impactos, leva-nos entender que as políticas públicas educacionais contribuíram para o desenvolvimento da educação no país, assim a implementação dessas reformas gerou impactos positivos e melhoria na qualidade de ensino com o objetivo de solucionar os problemas dos alunos e professores.

Os objetivos do Governo baseados nos resultados da Consulta Pública sobre o Plano de Ação Nacional de Educação para Todos (PANEPT) e nas Recomendações do Colóquio sobre o Ensino em Angola (maio de 2004), com o comprometimento da participação e incentivo de implementação dessas políticas, assegura condições para um sistema educativo e formação de

professores qualificados para melhorar o aprendizado dos alunos. Assim sendo, da melhoria da qualidade da educação resulta dos critérios de ações importantes para elaboração do Plano de Ação Nacional de Educação para Todos (PANEPT), Recomendações do Colóquio sobre o Ensino em Angola (maio de 2004), foram implementados interesses e perspectivas do Governo de modo a melhorar e atender os problemas encontrados.

Com essa pesquisa de revisão de literatura sobre os impactos que a segunda reforma educativa em Angola me levou a entender que para se ter um ensino de qualidade é necessário que o Governo invista na área criando políticas públicas que possam envolver tanto os dirigentes, tal como os alunos e professores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática ainda carece de muito debate principalmente a nível acadêmico, nós como estudantes precisamos refletir sobre o modelo do sistema de ensino compara-lo a outras realidades, de modo que todas as pessoas tenham acesso ao sistema de ensino, visto que as reformas educativas são vivenciadas pelo poder do capitalismo, originando assim as mudanças como análises do desempenho dos alunos e formação dos professores, o processo de implementação dessas reformas e as atividades desenvolvidas são de extrema importância para a melhoria no sistema educativo.

Como nos mostrou Mayembe (2016), qualquer política educacional que visa assegurar um ensino de qualidade precisa partir do conhecimento prévio das características, expectativas e possibilidades dos formadores, dos formandos e das condições para sua realização. Dessa forma, quando as políticas públicas não são bem planejadas e implementadas impossibilitam o processo do ensino.

Sendo assim, para que tenhamos uma educação de qualidade é necessário que a sociedade esteja instruída e preparada. Dessa forma, deve haver uma organização para guiar a sociedade bem como comunicar aquelas famílias que vivem em zonas menos habitadas, só assim é que teremos uma educação favorecida para todos.

6 REFERÊNCIAS

ALFREDO, F.C.H. e TORTELLA J.C.B. **Avaliação da aprendizagem na formação de professores em Angola**. Roteiro, Joaçaba, v. 37, n. 2, p. 191-210, jul./dez. 2012. Disponível em: www.unoesc.edu.br. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

ANGOLA, INIDE. **Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação. Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário**. Luanda, 2009.

CÁ, L. O. ESTADO: **Políticas Públicas e Gestão Educacional**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.180p.

DOS SANTOS TEIXEIRA, Carlos. **Análise e avaliação das políticas públicas: seu impacto no desenvolvimento local em Angola**. História: Debates e Tendências, v. 15, n. 1, p. 21-29, 2015.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

ISABEL, Miguel Boa. **Avaliação da aprendizagem dos alunos do ensino secundário em Cabinda/Angola**. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: atlas, 2002.

GIRON, G. R. **Desafios políticos para educação**. Travessias, Cascavel/PR, v. 2, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2008.

LIBERATO, Ermelinda. **Reformar a reforma: percurso do ensino auperior em Angola**. Revista Transversos. Rio de Janeiro, n.15, p. 63-84, abril. 2019

MAYEMBE, N. **Reforma educativa em Angola: a monodocência no ensino primário emCabinda**. Tese (doutorado) -Belo Horizonte. Faculdade da Educação da UFMG, 2016.

MENEZES, MA de. **Um olhar sobre a implementação da Reforma Educativa em Angola: estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla**. Luanda: Maianga, 2010.

MICHINGI, Kezita Manuela Marcos. **As controvérsias da reforma educativa em Angola: uma análise crítica das percepções dos professores do 1º ciclo do ensino primário**. Tese (Doutorad) -2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 33, p. 83-91, 2009.

PAXE, Isaac. **Gestão democrática da escola pública: propostas à reforma educacionalem Angola**. Educação e Fronteiras, v. 4, n. 10, p. 39-52, 2014.

Políticas Públicas: **Conceitos e práticas/supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral**; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008. 48 p

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage Learning, 2014.

SOARES, Maria Clara Couto. **Banco Mundial: políticas e reformas. In: O BANCO mundial e as políticas educacionais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, v. 200, 2002.

VICTORINO, Samuel Carlos. **O papel da educação na reconstrução nacional da República de Angola**. Universidade Agostinho Neto, Relatório anual. EDUAN editora, 2008.